

GEOGRAFIA CULTURAL NOS ANOS DE CHUMBO: A INFLUÊNCIA DA SANTA IGREJA E O PROTESTO MUSICAL A PARTIR DE 1964

Lucas Jurado Taoni

jurado_br@hotmail.com

Graduando em Geografia da UNESP – Ourinhos – SP

Wilson Martins Lopes Junior

prof.wilsonmartinslopes@uol.com.br

Doutor em Geografia, Pesquisador do Grupo de Pesquisa “Turismo, Território e Cultura” da Universidade Estadual do Ceará – UECE

RESUMO

Este artigo é produto de uma pesquisa que reflete sobre o período militar brasileiro, a ditadura militar, e o papel da igreja neste contexto, identificando a música como forma de expressão social deste momento. A perspectiva de análise é a da geografia cultural destacando as manifestações culturais espaciais da época, ou seja, a música popular no Brasil e a possível relação da Igreja Católica no Golpe Militar que, do dia para noite, fez pessoas dormirem “Janguistas” e acordarem ditadores. Além de todo o referencial histórico, há a sustentação geográfica com os seus conceitos, em especial espaço geográfico, que são fundamentais para justificar os argumentos deste artigo. A história trouxe uma síntese no sentido factual dos acontecimentos, mas para estudar os fenômenos, que decorrem do tempo vivido, utilizou-se a Geografia enfocando as relações entre sociedade de natureza mecânica e política. Deste modo a história compõe uma estrutura de transformação produtiva – reorganização social para o “milagre econômico” – e a geografia estabelece normas de funcionalidade espacial, como nos traz Milton Santos: processo, função, estrutura e forma. Dentre outros aspectos, notou-se a música como forma de protesto entendida com voz da subversão e das utopias sociais, assim como a igreja apresentou-se contraditória em face de diferentes interesses. Também constatou-se que o povo possui suas trilhas de expressão cultural, como através da música. Assim canções legitimamente brasileiras evidenciaram a expressão de indignação dos cidadãos amordaçados pelo extremismo ditatorial. Por fim, a Geografia mostrou-se eficiente em visualizar as relações entre a sociedade e a natureza pré-determinada nas transformações do “Milagre Econômico”.

Palavras-chave: geografia cultural; ditadura militar; música popular brasileira; anos de chumbo; milagre econômico.

CULTURAL GEOGRAPHY IN THE YEARS OF LEAD: THE HOLY CHURCH INFLUENCE AND THE PROTEST MUSIC FROM 1964

ABSTRACT

This article is the result of a research that reflects on the Brazilian military period, the military dictatorship, and the church's role in this context, identifying the music as a form of social expression of this moment. The analytical perspective is from the cultural geography, highlighting the spatial culture demonstration of that time, that is, the Brazilian popular music, and the possible relationship of the Catholic Church with the military overthrow that, overnight, made people sleep "Janguistas" and wake up dictators. Beyond all the historical reference, there is the geographical support with their concepts, in particular geographic space, that are essential to justify the arguments of this article. The story brought a summary in the factual sense of the events, but to study the phenomenon resulting from the lived time, we used the geography focusing on the relations between society of a mechanical and politics nature. Thus the story makes up a framework of productive transformation - social reorganization for the "economic miracle"- and geography establish precepts of spatial functionality, as brings us Milton Santos: process, function, structure and form. Among other aspects, it was noted the

Recebido em 30/12/2010

Aprovado para publicação em 24/07/2011

song as a way of protest regarded as subversion and social utopias voice, and as well as the church it was presented in a contradictory form related of different interests. It was also found that the people have their tracks of cultural expression, such as through music. So legitimately Brazilian songs showed the indignation expression of citizen muzzled by extremism dictatorial. Finally, the Geography proved to be effective in visualizing the relationships between society and pre-determined nature in changes of the "Economic Miracle".

Key words: cultural geography; military dictatorship; brazilian popular music; years of lead; economic miracle.

INTRODUÇÃO

Como já destacado por Milton Santos, em *O Mundo Global visto do lado de cá*, as projeções de futuro que podemos engendrar no campo científico podem ocorrer pelas intuições pessoais, mas, sobretudo, elas ocorrem é por meio do estudo. Essa colocação colabora com a presente pesquisa assim como o campo cultural, geográfico e histórico que são presentes nesse artigo. O sentido a que se refere essa afirmação dialoga com a intenção de existir uma acuidade mais ponderada com os cientistas sociais e culturais porque, na verdade, as idéias comuns que fazem menção a essa parte da ciência são apenas um degrau em face do arcabouço científico – mesmo que não inteligível – existente.

Essa pesquisa partiu de condições pretéritas, início da década de 1960, da qual se realizou através de uma investigação histórica dos “anos de chumbo” no Brasil, para assim desdobrar-se análises geográficas (reflexões) acerca da atual posição política e social. As ferramentas, indelévels pela memória, consistiram em duas veredas distintas, mas que também podem ser tratadas simultaneamente, isso devido a sua periodicidade, são elas: a música de protesto entendida como voz da subversão e das utopias sociais e os catalisadores institucionais da própria Ditadura Militar veiculados pela igreja. Ou seja, realizou-se uma análise breve e polarizada: de um lado as melodias deram o tom social como veículo da música; de outro, um lado mais ocioso, evidenciando alguns fatos que a história dos registros nos priva, mas que alguns outros textos apresentam as contradições dogmáticas da Santa Sé em face de um jogo de interesses.

Os objetivos desta discussão estão todos a provocar o pensamento acerca das ações da Igreja no território brasileiro e as conseqüências as suas causas históricas de influência internacional. E, além disso, constar que o povo que parece calado possui suas trilhas de expressão cultural, tal qual o teatro, a música, as pinturas e protestos. Na última parte do texto isso ficará mais claro, pois a música e algumas canções legitimamente brasileiras evidenciarão a expressão de indignação vil nos cidadãos fadados pela censura. Afinal esse momento histórico foi provocador de lutas, resistências, enfim da esperança expressa na identidade cultural do brasileiro.

É preciso explicar porque o mundo de hoje, que é horrível, é apenas um momento do longo desenvolvimento histórico e que a esperança sempre foi uma das forças dominantes das revoluções e das insurreições, e eu ainda sinto a esperança como a minha concepção de futuro. (FANON, 1979. *In*: TENDLER, 2007 – prefácio de Jean Paul Sartre)

Além de todo o referencial histórico, há a sustentação geográfica com os seus conceitos que também são fundamentais para justificar os argumentos deste artigo. No caso, da história, ela é capaz de nos trazer uma síntese no sentido factual dos acontecimentos, mas é uma ferramenta científica às vezes carente para estudar os fenômenos que decorrem do tempo vivido.

Decorrente disto usa-se Geografia para pensar sobre as relações entre sociedade de natureza mecânica e política, ao passo que a primeira compõe uma estrutura de transformação produtiva – reorganização social para o “milagre econômico” – e a segunda estabelece normas de funcionalidade espacial, como nos traz Milton Santos em *Espaço & Método: processo, função, estrutura e forma*, Santos (1985). Ao que se refere à metodologia, nessa perspectiva desafiadora, isso porque não há muitos trabalhos a nível geográfico no sentido musical uma vez que a Geografia Cultural trabalha com mais veemência a literatura e a religião, pode-se dizer que essa pesquisa/artigo não possui uma identidade muito certa na história do pensamento geográfico.

O mais certo de se afirmar nesse sentido metodológico é o ensaio dialético, não Marxista tampouco Hegeliano, que foi considerado. Assim, se considerada a dialética com uma performance científica um pouco mais incipiente remete-se a sua complexidade há mais ou menos seis séculos a.C., quando seu pensamento estava vinculada com a filosofia pré-Socrática e, reconstituindo Heráclito, pensar dialeticamente é abordar todas as óticas de uma discussão refutando a concepção do que é verdade. Ou seja, há momentos positivistas e possibilistas, assim decantar-se a realidade *a priori* num trabalho histórico e concomitantemente praticar-se o empirismo desavergonhado, mesmo que isso pareça um absurdo certamente será alvo de críticas. Não é possível afirmar uma escola unilateral no sentido cultural, pois essa Geografia se dá através de sobreposições múltiplas perpassando por mais de uma concepção científica na sua existência de valores, nesse sentido recorre-se a pensadores diferentes que habitam lugares desiguais, vide a Geografia Anglo-saxã e seus predecessores na Alemanha e na França.

A seguir, o desenvolvimento do texto destaca o início da cultura sendo tratado pela geografia, de modo a estruturar/apresentar um pouco sobre a geografia cultural e seus desdobramentos, que favorecem a análise dos movimentos sócio-culturais propostos nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES DA GEOGRAFIA CULTURAL

Estudar Geografia Cultural a partir dos desdobramentos da ciência em escolas, pós-Vidal de La Blache, é uma tarefa imprecisa em escala, porém precisa na sua existência. Através da questão: Quando a cultura começa a ser tratada dentro da Geografia e em qual momento alguns trabalhos puderam se evidenciar nesse sentido? Têm-se a resposta que servirá como cerne para nortear a primeira etapa desse texto no qual estarão empreendidos expressivos geógrafos que entendem a Geografia Cultural como subcategoria da Geografia Humana – tal qual de fato são Geografia Econômica ou até mesmo Geografia Urbana. Acredita-se simultaneamente com uma minoria que, justificam que todas as diretrizes geográficas híbridas e de triagem ocorrem a nível cultural e, portanto, a sua Geografia merece justamente maior consideração nos tradicionais gabinetes de produção científica e política.

Através da História do Pensamento Geográfico, área que nos serve como algo disciplinador *lato sensu*, percebe-se com maior facilidade as facetas da cultura em obras da Geografia Francesa no século XIX considerando com ênfase La Blache e alguns sucessores da escola possibilista, como Gottmann, Pierre Deffontaines, Jean Brunhes e, com uma peculiaridade científica mais aguçada, o americano Eric Dardel. Esse último por intermédio de seu mestre acadêmico considera a transformação da natureza pelo homem dinâmico e flexível sem determinação – e esse termo merece uma interpretação cautelosa – pelos seus valores sociais agregados ou, nesse contexto, gênero de vida.

Considerando-se que a cultura é um complexo de valores agregados por indivíduos em sociedade, onde há diversas formas de manifestação cultural, logo também é correto pensar que essa cultura possuirá diferentes sondagens em função de territórios diferenciados que ela pode se encontrar.

Quer dizer, os mecanismos de transformação da natureza pelo homem são diferenciados em cada biota, portanto o homem se serve de diferentes ferramentas culturais para a sua adaptação nesses meios – em função da idéia que uma natureza não está completamente obstinada a atender apenas a espécie de mamíferos humanos – e, onde há manifestação artística registrada de alguma maneira, cada lugar tem o potencial de evidenciar sua cultura com um caráter de unicidade, desconsiderando aqui as possibilidades de plágio do século XX, há também evidências de uma história técnica e de uma história factual.

Então, como afirmado *a priori*, a cultura dependerá de um espaço e de pessoas que o habitam, ao passo que esse bem, e essa afirmação são essenciais na compreensão deste artigo, portanto, a cultura é sempre adquirida e não genética.

Uma maneira simples de entendimento sobre o conceito factual de cultura é pensá-la como intermediação entre a sociedade (homem) e o espaço (natureza). Alguns pensadores da geociência, tais quais, Paul CLAVAL e Milton SANTOS, nos trazem a concepção de que o homem nunca estará em relação direta com a natureza, para tanto é necessário que co-exista uma cultura. A cultura que interessa a formulação científica dos geógrafos diz respeito às

ferramentas de trabalho, as projeções de futuro de grupos, as articulações das palavras organizadas na forma de comunicação, a diferenciação social dos territórios culturais e a paisagem, objeto de estudo pertinente em vários gabinetes deste século, que testemunha a cultura existente de uma sociedade.

Os homens não estão jamais em relação direta com a natureza: vivem em um meio artificial que eles mesmos criaram; vestuário e a casa que os protegem das vicissitudes do clima; os caminhos e as vias facilitam a circulação. A vegetação natural é destruída e substituída pelas florestas cuja composição é controlada, pelas pastagens ou planícies para alimentar os animais, e pelos campos onde se desenvolvem as culturas. (CLAVAL, 2007, p. 12)

A partir dessa convenção de idéias têm-se possivelmente os alicerces para as produções Geográficas Culturais, deste modo pode-se partir para um sentido menor em escala espacial e, não obstante, na sua manifestação cultural: a música popular no Brasil e a influência da Igreja Católica no Golpe Militar que, do dia para noite, fez pessoas dormirem Janguistas e acordarem ditadores.

A POSTURA DA IGREJA CATÓLICA DURANTE 1964 E SUAS NUANCES PÓS-1968

O objetivo nesse momento é contemplar um recorte histórico muito conciso, a título de integridade textual, e a partir deste questionar porque a Santa Sé Hierárquica se posiciona a favor da ditadura militar e não contra naquele momento histórico se, pelo menos nas inscrições oficiais, a religião está arraigada nos preceitos da paz. Não é necessário dizer que a discórdia, tortura e morte foram premissas de uma religião, no entanto a história do Brasil durante três décadas antes do Golpe nos conta, muito infelizmente, outra verdade.

Importante também verificar a seguinte questão: a Igreja Católica, ou qualquer outra espécie institucional de religião, nunca esteve arraigada a um partido político no século XX, na verdade esse apego é sazonal e segue os preceitos da aplicação ideológica do momento histórico vivido. Portanto, a postura da Igreja pode ser mutante conforme as políticas públicas, parlamentarismos e constituições nacionais que também se alteram. Todavia a Igreja nas suas manifestações internas nunca pôde se desligar do Estado e de seus mecanismos públicos de poder, pois é pelo seu intermédio que a Igreja pode afirmar sua identidade de salvação em territórios díspares.

Desta forma, resgatar a necessidade de uma análise laica acerca da posição religiosa de quase uma nação inteira condiz com o fato de que, feito por mal ou por bem, a Igreja Católica na sua amplitude internacional é uma forte ferramenta ideológica, pois seus fiéis têm fé na mesma. A fé, considerando alguns preceitos de maneira um pouco mais despojada nos moldes das ciências humanas, significa: acreditar, conceber, ou canonizar informações sem senso crítico. Deste modo, ter fé é ter segurança demasiada nos seus ideais a ponto de não enfrentá-los.

1945 – 1964: Presidentes no poder e Santa Sé nas afirmações ideológicas

No dia 31 de março de 1964, um Golpe Militar apeou João Goulart (Jango) do poder e, na manhã do dia seguinte, o Brasil acordou com uma aura militar. Mas, desde que assumiu a presidência do Brasil no ano de 1961 sua trajetória política estava fadada a ser marcada por hostilidades com as Forças Armadas Brasileiras num regime parlamentarista, imposto pelos militares e, não obstante, pelas oligarquias (ainda) presentes em nosso território.

Conforme Fausto (2004), a afirmação que Jango já possuía uma inclinação ao lado “esquerdo” da política, e isso de fato descontentava e preocupava os militares, já eram evidências claras no momento de sua posse: a condecoração a Che Guevara e sua viagem a China justamente no desligamento de Jânio Quadros são dois exemplos inteligíveis. Assim, e cada vez mais conforme o tempo se aproximava de 1964, as elites conservadoras e as Forças Armadas construíam a certeza de que Jango era uma forte ameaça ao Brasil “democrático”.

E Jango, quiçá prevendo o fatídico ano de 1964 nas suas conseqüências, brinda a posse: “*Brindemos, antes, ao imprevisível*”, conforme apresentado por Silva *apud* Amorim (2004).

Vale destacar que Jango, que foi pensado primeiramente como um vice e não mais do que isso, ao assumir com dificuldades a posse presidencial no ano de 1961 – diga-se após muitas negociações alicerçadas na pressão das Forças Armadas – assume concomitantemente uma

severa castração dos direitos políticos por intermédio de um Governo Parlamentarista que contava com a figura de um incômodo primeiro ministro. Sobre o contexto social reivindicatório de parte da população brasileira por reformas, a chamada “Reformas de Base” provocou a reação das Forças Armadas, Igreja, e da classe média, em relação ao governo João Goulart.

As lutas por reformas estruturais, chamadas ‘Reformas de Base’, ganhavam força junto às camadas populares, entre camponeses, estudantes, trabalhadores e intelectuais. As propostas de reformas foram formuladas conforme os ideais nacionalistas e as inspirações da esquerda na época. Os anseios de uma parte significativa da população brasileira começavam a erguer a voz pedindo: Reforma Agrária, uma nova estrutura educacional, regulamentação da remessa de capital estrangeiro, reforma tributária, etc. No entanto, no Comando das Forças Armadas, as elites nacionais, parte das camadas médias e os que representavam o capital estrangeiro consideravam tais reivindicações inviáveis. As parcelas opositoras da população ao Governo de Goulart, os partidos de direita (Partido Social Democrata, União Democrática Nacional) e a cúpula da Igreja Católica promoveram uma ampla campanha que acusava o Presidente João Goulart de ter tendências comunistas, estimulava-se o medo ao perigo vermelho que rondava a história brasileira desde meados da década de 1930. (LANZA, 2010)

Mas no contexto do governo janguista, é necessário um olhar muito retrospectivo para notar a Igreja tramitando a favor de seus interesses de calamidade ideológica. De acordo com Amorim (2004) após o afastamento de alguns católicos progressistas dos territórios chave onde se ensaiava o Golpe, em especial, e mais do que isso a infiltração de agentes da própria CIA entre as astúcias diabólicas de bispos extremistas, a influência católica na nação brasileira já tracejava planos estratégicos de manobra contra Jango.

Segundo Arns (1985), apesar do clima de tensão, os militares brasileiros estavam prontos para o golpe de Estado, pois tinham o apoio dos Estados Unidos através da Agência Central de Inteligência – CIA.

O apoio dos Estados Unidos estava de fato sustentado numa possível intervenção armada que auxiliaria os revolucionários. (...) obtive a informação, de fonte reservada, de que elementos destacados do movimento haviam sido procurados por um estranho personagem, que se dizia grego e representante de um organismo internacional de combate ao comunismo, logo identificado como a CIA. Oferecia armas e tudo o que fosse necessário. Em prosseguimento, teria havido novos contatos, já com o adido militar norte-americano, o então Coronel Vernon Walters e, finalmente com o próprio Embaixador Lincoln Gordon. Às vésperas da revolução uma esquadra americana estava em condições de alcançar a costa brasileira para eventual auxílio aos revolucionários, sob a motivação de prestar assistência aos súditos norte-americanos e aos interesses americanos, (...) Tais entendimentos foram feitos sob a declaração de que não se tratava de intromissão em nossa política interna, mas de apoio ao combate ao comunismo. (SILVA, 1975, p. 27)

Ainda neste contexto de revolução, ocorriam às campanhas, no sentido de dismantelar as possibilidades da política comunista, fomentavam as premissas da “Cruzada pelo Rosário em Família” que, ao que nos parece, pôde ser o mais vasto quadro de mobilização ao desfavor político de Jango e sua não demorada queda.

A campanha tornava-se um ponto de aglutinação para os adversários do Governo, e neste sentido trabalhava com outras organizações, tal como a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), e um centro de difusão para a rápida transmissão de ordens de mobilização. Preparava também o terreno, pela propaganda anti-comunista, para as grandes mobilizações de março de 1964, o objetivo do seu esforço, as ‘marchas com Deus, pela família e pela democracia’. (ALVES *apud* AMORIM, 2004, p.47).

Considerando rapidamente alguns fatos históricos antes mesmo das décadas de 1950 e 1960, o que favorecerá o entendimento da postura da Igreja, tem-se num primeiro momento os governos antecessores a Jango: Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubistchek.

Nos últimos anos da II Guerra Mundial, seguindo a risca o projeto de “redemocratização” mundial da Aliança vitoriosa (Inglaterra, França e EUA), os Governos de cunho Ditatorial foram apeados e seus reflexos repercutiram também no Brasil promovendo o desligamento de Getúlio Vargas e seu “Estado Novo”.

No ano seguinte, em 1946, adentra ao poder Gal. Eurico Gaspar Dutra reiterando, novamente, os preceitos da democracia e a rotatividade política por intermédio de eleições. Curiosamente, e isso só ocorreu no Brasil em toda a história, o “Ditador volta nos braços do povo” (Getúlio) em 1951 e desagradando profundamente as oligarquias – que perdem voga coadjuvante com a recente perca taxonômica de Agroexportadores – exercem tamanha pressão sobre Getúlio que este é acometido pelo próprio suicídio no ano de 1954.

Todos os Governos a partir da II Guerra Mundial sofreram fortes influências e gigantescas pressões das Forças Armadas, e não fora diferente com o Governo seguinte de JK. Contudo, Juscelino era mais hábil político do que aparentava e sua malemolência diplomática lhe rendeu escapes de várias intencões militares durante seus anos de mando.

A alta oficialidade das forças armadas – especialmente do exército – estava disposta, em sua maioria, a garantir o regime democrático, dentro de certos limites. Esses limites diziam respeito à preservação da ordem interna e ao combate ao comunismo. Os dois temas estavam associados, pois o comunismo representa a inversão extrema da ordem social. (FAUSTO, 2004, p. 423)

Mas foi no período de 1950 – 1964 que a sociedade civil, assim como a Igreja se dividiram expressando o cenário tenso que vivia o Brasil, inclusive com lutas populares.

Na década de 1950, era perceptível a existência de processos de polarização tanto na sociedade civil como dentro da Igreja Católica. Esta última se dividiu, de um lado, numa lata moderada e conservadora, com uma ação social de caráter assistencialista; de outro lado, a ‘Igreja dos pobres’ que, segundo o pensamento de Gustavo Gutiérrez, assumia uma posição nítida em relação à luta de classes (...)

Esses acontecimentos, no interior da Igreja Católica, acompanharam um período muito tenso no cenário político-cultural do Brasil. O período compreendido entre a renúncia do Presidente da República Jânio Quadros (25.08.61) e o Golpe de Estado pelo Comando das Forças Armadas, contra o então Presidente João Goulart (01.04.1964). (LANZA, 2010)

No entanto, algo que fica pouco nítido durante essa história muito brevemente citada, é que, segundo Amorim (2004) houve uma coligação social entre as Forças Armadas e a Igreja Católica. A partir dessa afirmação é necessário que os argumentos sejam apresentados, quer dizer, por que de fato a Igreja Católica apoiou o Golpe Militar? Os motivos são mais simples do que parecem: durante os anos finais da década de 1950 até o meado de 1960 os dogmas da Igreja ainda estavam apoiados em um projeto político que rejeitava os panoramas do mundo moderno, em todas as suas expressões e, no viés político, contra as formas de expressão comunista e da liberal democracia.

Pensava a Igreja Católica que, entre a massificação individualista do liberalismo e a massificação coletivista do comunismo, haveria que se trilhar uma senda alternativa que se caracterizasse por um governo forte, capaz de coibir os abusos de poder dos capitalistas, mas também capaz de reprimir as manifestações indesejáveis dos trabalhadores e a ‘anarquia esquerdista’. (AMORIM, 2004, p. 21).

Nesta perspectiva a Igreja necessitava ser governista, estar atrelada ao governo e assim sustentar seu poder e ideais que compreendiam religião e força social. Essa afirmação provém da idéia de que as manobras sociais se aplicam com maior facilidade quando atreladas a constituição de um governo, ou seja, a desobediência individual de uma norma ocorrente acarreta a uma sanção ou a uma inflação.

Se a igreja esta conectada ao Estado, e sua manobra de feis e’ necessária por oficio, uma Igreja governista faz todo o sentido de existir em um território constitucional.

OS TESTEMUNHOS DA HISTÓRIA NO LEGADO CATÓLICO

Tratando-se de Igreja Católica, religião e força social no Brasil, não se pode esquecer que desde os primórdios o Brasil esteve sob os ideais do Catolicismo e hoje, reflexo permanente e talvez indelével da história, constitui-se num dos países que possui o maior número de católicos em todo o mundo. Foi a partir do dia 26 de Abril de 1500, quatro dias após as caravelas portuguesas avistarem terra, isso se afirma oficialmente por ocorrência do domingo de Páscoa quando por determinação do capitão houve a primeira missa naquela ilha:

Ao domingo da Páscoa, deliberou o capitão ir ouvir missa num ilhéu da baía, identificado hoje com o da Coroa Vermelha. Armou-se ali um dossel, levantou-se altar e celebrou missa Frei Henrique de Coimbra, acolitado por outros sacerdotes. Acabados a missa e o sermão, em que o frade se referiu ao descobrimento e invocou o sinal-da-cruz, sob cuja obediência vinham os navegantes, fez-se um conselho dos capitães e decidiu-se mandar ao reino, pelo navio de mantimentos, a notícia do ditoso sucesso. (HOLANDA, 2003, p. 44)

Positiva a ocorrência, ou não, o fato é que esse primeiro momento de globalização, colonização no caso, segundo Tandler (2007), rendeu apenas em um século (1500-1600) o extermínio de aproximadamente 70 milhões de nativos apenas na América Latina gestada pelos Ibéricos.

Ainda conforme Tandler (2007) soma-se a esses milhões de mortes, também o extermínio de centenas de culturas e línguas, associadas ao decorrente fato da desapropriação de florestas naturais em função do lucro comercial europeu. A Igreja sempre esteve conivente a esta realidade. O apoio a ditaduras cruéis no século XX (Salazar, Franco, Hitler e Mussolini) que são expoentes do preconceito exacerbado e da eugenia são apenas a “ponta do *ice-berg*”, o legado de mortes patrocinadas pela fé ultrapassa a possibilidade de contabilização.

Em cada momento da História social, a Igreja enquanto instituição foi se moldando de forma adequada – com resistências, é claro – para reafirmar seu poder ideológico e, não obstante, recolher destes fiéis seus beneméritos. Assim fora na Idade Média e no século XVI, por exemplo, que tangem mudanças significativas nos moldes eclesiásticos da Santa Sé. Mas, e durante o século XVIII ou, se melhor explicar a efervescência do momento, iluminismo? A igreja há de tomar uma postura frente às emancipações burguesas e a valorização da razão, ou está mais do que destinada ao seu esfacelamento prévio.

No entanto, aqui há uma estranheza: a Igreja não toma posição frente à modernidade, tampouco faz algo diferente de negá-la. Ou seja, os moldes da fé católica permanecem os mesmos simultaneamente ao maior projeto científico, desavergonhado que a história enxergava até então. A este fenômeno, conforme Amorim (2004, p. 25) atribui-se o nome de “Catolicismo Ultramontano ou Ultramontanismo” que data mais de 150 anos de história, de 1800 até 1963 no pontificado de João XXIII. Algum exemplo é necessário para provar a postura da Igreja em face ao apoio ao Golpe Militar de 1964, nesse sentido é apresentado a seguir o desligamento e perseguição de instituições marxistas dentro de subáreas da própria Igreja reacionária: Juventude Universidade Católica - JUC e Movimento da Educação de Base - MEB.

Não é incomum notar, no decorrer da existência das ciências humanas, a severa crítica que há em discussão a postura de instituições religiosas e, com maior acuidade, a postura da Santa Sé. Esse diálogo já está estabelecido por várias identidades do nosso mundo contemporâneo tal como os idealistas, sociólogos, intelectuais, filósofos e ademais pensadores acerca o papel da Igreja nas influências internacionais. No entanto, essa discussão é mais pretérita do que aparenta: por intermédio da ótica holística e das concepções dialéticas alicerçadas nas complexidades de um mundo inapreensível Hegel, Marx e Engels, por exemplo, já trabalhavam determinadas discussões com muita pertinência:

(...) a burguesia fez sua grande e definitiva revolução, a Revolução Francesa, tão somente sob a bandeira de idéias jurídicas e políticas, só se preocupando com a religião na medida em que esta estorvava; mas não se pensou em colocar uma nova religião no lugar da anterior. (ENGELS *in* MARX; ENGELS *apud* AMORIM, 2004, p. 23)

Assim, segundo Amorim (2004) os embates entre intelectuais de esquerda e Igreja advêm de pelo menos 200 anos de existência, e essas hostilidades irão passar por um processo de emancipação nos escâmios da Igreja como fora com a Juventude Universitária Católica (para

estudantes do terceiro grau) a JUC. Essa “sub-instituição” que fazia parte do complexo católico, começa a ensaiar conclusões que extravasam os níveis das idéias na década de 50 acerca do posicionamento político da Igreja contestando-a sistematicamente.

De acordo com Amorim (2004, p. 49) no ano de 1954, um documento publicado “O estudante e a questão social” já mostrava grandes indícios da predileção esquerdista dos intelectuais incipientes. Ora, já não fosse completa a total subversão esquerdista da JUC, na década de 1960 não restavam dúvidas acerca a posição de seus integrantes. Os diálogos entre o clero, que já se faziam difíceis antes, ficavam impossíveis com as contestações políticas: alunos da Pontifícia Universidade Católica - PUC são perseguidos e beiram a expulsão dentro da universidade.

Na virada da década seguinte, conforme Amorim (2004), a JUC e todos os seus integrantes já soavam em claro e bom tom suas raízes Marxistas e Leninistas e decretavam não impunes a “queda da Bastilha”. As conseqüências são as infelizes e esperadas – e isso nos serve perfeitamente para observar a posição unilateral da fé Católica – a partir da queda de Jango até 1981 contabilizam-se 66 estudantes da JUC cassados, presos e torturados com a “pimentinha” do Ato Institucional nº 5. Em função disso, o alto clero fez absolutamente nada!

Propunha aos jucistas participarem numa tripla construção libertadora: a luta contra o subdesenvolvimento, na qual a reforma agrária era um objetivo tático imediato; a independência em relação ao campo de atração do capitalismo, com a tática imediata da luta contra a “política egoísta dos monopólios”; e a ruptura dos laços coloniais com as metrópoles envolvidas. (ALVES *apud* AMORIM, 2004, p. 48)

Outra repercussão polêmica simultânea do governo janguista em função das diretrizes da Igreja foi a instituição do Movimento de Educação de Base - MEB. Através desta instituição o gabinete da Santa Sé encontrou uma maneira de injetar fiéis nas instituições básicas de educação, assim amenizando o espírito progressista que já havia se instaurado nas pessoas. Todas as insurreições que haviam de ter seu estopim nas camadas menos favorecidas pela renda e, menos ainda, pelos investimentos regionais faziam temer os preceitos conservadores da fé cristã, portanto – e essa era mesmo a lógica do momento – a resolução mais prática, que não deixa de ser cruel, era render o povo num caráter submisso.

No entanto, a idéia da MEB perdeu o rumo e passou a trilhar na contramão: as militâncias em contato unilateral com a miséria regional e as condições de um proletariado fizeram com que a MEB ganhasse um panorama de garantia. Em resposta a isso, no ano de 1964, segundo Amorim (2004), 3000 cartilhas são confiscadas da MEB sob o preceito de possuir “material subversivo”, a direção do movimento fora obrigado a prestar depoimentos nos gabinetes policiais a título de esclarecimento e o episódio ganha repercussão nacional. Dois meses após o fatídico 1º de abril os membros da MEB, como os da JUC, tiveram o mesmo destino: perseguição e prisão. Em função disso, de novo, o alto clero fez algo: (re) assumiu sua direção no comando de bispos conservadores.

Cabe aqui menção a expressiva pesquisa de Fábio Lanza intitulada *Igreja católica e ditadura militar (1964-1985) no Brasil: a memória dos bispos paulistanos sobre o golpe militar*.

Uma parte da hierarquia da Igreja Católica apoiou o Golpe de Estado em 31.03.1964, também chamado pelos militares, de ‘revolução de 1964’, contra o Presidente João Goulart (1961-1964), participou das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que foram amplamente noticiadas e tiveram grande impacto juntamente com a Campanha Anticomunista, expressando a conivência da maior parte do clero com a ordem política que se estabelecia. (LANZA, 2010)

Esses e outros interditos da história recente do Brasil são alguns testemunhos históricos e geográficos registrados por escassas e, sobretudo, censuradas fontes do saber. A história dos acontecimentos acontece em função de um curto prazo de tempo demarcado por insatisfações e injúrias pessoais. Ao que se refere à temática em questão, adquire-se um contorno geográfico, através da espacialização destes eventos – fazendo agora uma alusão a um território que enfrenta até hoje os desafios de sua integração nos “arquipélagos econômicos” – os problemas geográficos que se tornam reais pós a ditadura militar e o protesto desses trâmites por celebridades da mídia, assunto esse que ainda será abordado neste artigo.

SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO DO “MILAGRE ECONÔMICO” NOS PARADOXOS INTERNOS DA IGREJA: PERÍODO PROFÉTICO

Como já nos traz a maioria dos escritos históricos acerca dos objetivos da Ditadura Militar do Brasil, temos: a segurança e o desenvolvimento. Abaixo serão enfocadas as facetas de cada uma destas perspectivas.

Ao que se refere à segurança, a Ditadura Militar seguia as premissas políticas de extrema direita, assim dialogar sobre segurança a partir de 64 é tratar de um tema sério: a repressão comunista. Nesse sentido, todas as diretrizes políticas avessas ao preceito do enriquecimento corporativo e capitalista, ensaiado pelas políticas nacionais do capital e importação de tecnologias a custo de um endividamento externo megalomaniaco mereciam a perseguição. Vale destacar que não se intenciona aqui analisar – julgar, essas medidas associadas ao capital, mas apenas demonstrar os fatos históricos que auxiliam a contextualização do tema.

Nesta perspectiva ocorreram as cassações, torturas, mandatos e prisões, além do exílio, que algumas célebres figuras do Brasil receberam: Caetano Veloso, Gilberto Gil e Dilma Rousseff (exílio forçado), Geraldo Vandré, Chico Buarque e José Serra (exílio arbitrário), por exemplo. Mas para maiores informações sobre esse período ver a obra *Verdade tropical* de Caetano Veloso.

Simultaneamente à “segurança” veio o “desenvolvimento”. Apelidado por muitos pensadores e livros para-didáticos, o período do “Milagre Econômico” vinculado com os Programas Nacionais do Desenvolvimento – algo semelhante, em polêmica, com o atual Programa de Aceleração do Crescimento do século XXI – tinha a intenção prévia de projetar o país no cenário internacional e corrigir os erros industriais do nosso território instituindo uma forte indústria de base e de infraestrutura. Assim ocorreu, mas com altos preços Angra I e Angra II na baía de Angra no RJ, são exemplos de um custeamento de obra grandiloquente, assim como a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Na perspectiva de Guimarães *in* Mamigonian (1998) o crescimento de departamentos industriais no Brasil que se estabelece de forma inversa a partir da virada do século XIX para o século XX no Brasil, isto é, a carência de indústrias pesadas foi o suficiente para trazer sérias crises sociais e econômicas para o país. Nesse sentido, o consumo da Av. Central (atual Av. Rio Branco na cidade do Rio de Janeiro) nos seus moldes da *Belle-Epoque* não fora suficiente para bancar a renda de um país que se lançava na indústria técnica-científica, quer dizer, a carência foi sanada tardiamente, de modo ditatorial, sob as exigências de um endividamento mal pago até hoje no Fundo Monetário Internacional.

Ainda sobre o milagre econômico, mas agora destacando a industrialização tardia, sabe-se que as conseqüências desta industrialização tardia e de uma condição político-social desfavorecida pela censura projetaram conseqüências nítidas nas décadas subseqüentes. Os exemplos são comuns: após o milagre econômico de 1970 o mesmo território foi acometido por uma depressão produtiva e comercial nos meados da década de 1980 no governo de Jose Sarney; mesmo com todas as diretrizes sociais que existiam nos governos militares as crises sociais de consumo e inflação na década de 1990 foram problemas não resolvidos; o endividamento externo gerado nos PND (Programas Nacionais do Desenvolvimento) reflete margens de juros impagáveis até hoje – esse fato serve apenas como observação, a intenção não é discutir o território sem esse tipo de programa.

Portanto, os episódios pretéritos da historia recente no Brasil não servem apenas para refletir sobre o que já foi acontecido, mas sim também possui utilidades no que dialoga com as causas de problemas contemporâneos e a projeção de novas causas para conseqüências que ainda estão por vir. Antes de finalizar essa etapa, deve se mencionar a situação da igreja na década de 1970, que se depara com uma surpresa: o Governo da Ditadura não corresponde mais aos seus interesses. Diante disto algo deveria ser feito.

No Brasil, após a falência comprovada destes métodos no mundo inteiro, este grupo enxerga o Golpe Militar de 1964, a oportunidade de “pegar carona” no novo regime instituído, sendo muitas vezes conivente com prisões e torturas, tanto de leigos, quanto de membros da Hierarquia, porém, este incidente despertará a maior parte do clero do país para uma nova forma de abordagem política para a fé cristã. (AMORIM, 2004, p. 72).

Não é intenção deste artigo se aprofundar na discussão referente ao papel da Igreja no período militar, inclusive merece ênfase que houve frentes diferentes, ou seja, divergentes na própria Igreja. Para aprofundamento nesta questão é enriquecedor a obra de Fábio Lanza, *Igreja católica e ditadura militar (1964-1985) no Brasil: a memória dos bispos paulistanos sobre o golpe militar*, na qual o autor conclui que: “Nas investigações, ficou constatado que o discurso da Igreja Católica, no âmbito nacional, não foi uníssono em relação ao período da Ditadura Militar (1964-1985) assim como em relação ao Golpe de 1964.” (LANZA, 2010). Outra obra expressiva que dedica importante capítulo a questão da Igreja no período da ditadura é, *A ditadura escancarada*, de Hélio GASPARI.

ALGUMAS CONVENÇÕES HISTÓRICAS ACERCA DA MÚSICA POPULAR E BRASILEIRA A PARTIR DO SAMBA CARIOCA

Neste item que se refere às condições históricas da música popular e brasileira, algumas obras foram significativas para reflexão e sua posterior produção. Essas deram subsídios para haver uma sustentação teórica, científica, em assunto que em parte, possui muitas informações de “senso comum”, todavia, essas obras possuem riqueza de detalhes históricos e pitorescos que justifica que sejam apresentadas. As obras são: *Chega de saudade: a história e as histórias da bossa nova*, de Ruy Castro; *História social da música popular brasileira*, de José Ramos Tinhorão; *O século da canção*, de Luís Tatit; *História & música: história cultural da música popular*, de Marcos Napolitano.

Empreender uma temática que existe no mínimo há 50 anos num território de aproximadamente 8,5 milhões de Km² é uma tarefa pretensiosa e assim mesmo continuará a sê-la se não coexistir no trabalho a delimitação objetiva dessa amplitude. É possível que ocorram alguns anos de omissão, pois se torna necessário uma vez que o enfoque se dá nos desdobramentos do samba carioca (de asfalto) até o apogeu de triagem em 1958, pelo maestro Antônio Carlos Jobim reinventando a bossa (ginga carioca) com um nome simplório, e, no nosso século, elegante: bossa-nova. Após sua gênese, capturando alguns interditos sociais do 1º segmento do Rio menos abastado na Geografia e mais expressivo na renda, abordou-se outro desdobramento polêmico da nossa música popular engendrada com muita força por duas celebridades temáticas e baianas: Gilberto Gil e Caetano Veloso no tropicalismo eletrificado e híbrido por excelência.

Diante do exposto o panorama tempo-espacial abarca a síntese de “Chega de Saudade” em 1958 e a iniciativa da música *pop* dentro do território brasileiro poucos anos antes dos meados da década de 1980, verificando os pensamentos que tiveram início a mais ou menos 50 anos atrás no Brasil e seus testemunhos geográficos no século XXI demonstrando, é claro, nas escalas da Geografia Cultural.

Para Tatit (2008) a cena musical brasileira até 1960 passa por uma efervescência megalomaniaca e o cenário da música cria suas identidades – gêneros – musicais que se segregam entre si pelo uso das técnicas melódicas e harmônicas, também pelos diferentes traquejos sociais da canção prosaica, num momento onde as referências de taxonomia musical são algumas figuras como Roberto Carlos (e a jovem-guarda do “iê iê iê”), João Gilberto em notas de um violão dissonante e Noel Rosa (imortal no samba da Vila, mas póstumo em vida nessa datação histórica).

No entendimento de Mello (2004), esses casamentos desconexos em ideais que tangem o cenário musical (por excelência na cidade do Rio de Janeiro) vinculados com a canção expressiva já presente nas tecnologias incipientes do século, apresenta as heranças musicais que hoje ancoram a música *pop*. Ou seja, o que na década de 1960 e 1970 foi representado com força significativamente cultural (romântica e de protesto) nos serve de banquete para entender a atual realidade cultural brasileira, considerando com veemência que a cultura de massa – entenda-se melhor cultura do entretenimento/consumo – não se apresenta como tal sem suas raízes que renderam as dualidades centro/periferia do nosso território grandiloqüente.

De acordo com Morin (2003) pensar que o caráter pré-moldado da “cultura para a classe média” – ainda que haja uma unicidade em cada produto culturalmente pensado no sentido que assegure o seu lucro corporativo – foi assim concebido a nível laboratorial é um erro grave e, sobretudo, epistemológico.

O que ocorre, na realidade, é o movimento contrário mais verídico: isto é, a partir das vedetes de registro fonográfico no início do século XX e sua revolução Técnico-Científica fora possível uma experimentação diferenciada que trabalhava o ego dos sambistas de sucesso precoce, decorrente de fusões musicais dos séculos Coloniais e Império (1822 até 1889) e suas militâncias negras, desdobrado naturalmente a partir a “Era de Ouro” outros estilos cantados e dançados de sucesso na rádio e nas repercussões televisivas (com ênfase na TV Record e, posteriormente, na Rede Globo de Televisão).

Napolitano (2005) diz que o sucesso decorrente da música canção, uma conjuntura entre a improvisação incerta de versos gravados e um violão percussivo de dois tempos que nos instiga a remexer o corpo, não fora pensado pela indústria dos *Long Play's*. Foram os músicos, artistas e personalidades extasiadas pela possibilidade da fama que usufruíram dessa tecnologia, promovendo seu próprio prestígio e até algumas disparidades: como nos faz lembrar as nuances de Wilson Batista atacando “queixinho” (futuro Noel Rosa para o samba carioca com má formação no maxilar devido a um parto mal feito).

Apesar de toda (re) afirmação de que existe uma real possibilidade de trabalhar a música fora do seu sentido de “conservatório” ainda é inevitável – não por preconceito, mas por costume cultural – uma resistência na verossimilhança do trabalho com sua aplicabilidade real e prática.

Neste sentido as problematizações apresentadas a partir das discussões históricas da música popular devem, e na verdade esse é um objetivo do artigo, extravasar sua história e sua melodia atingindo um nível geográfico por excelência. Todas as abordagens temáticas, às vezes até folclóricas, terão um desvio no significado técnico da música, pois, de fato, não intenciona uma análise técnica de obra, mesmo com a clara noção que não é possível separar o contexto de sua obra e vice-versa. Outro aspecto significativo é a importância dada aos desdobramentos geográficos observados por intermédio das produções culturais e musicais no território, abrangendo num recorte de duas décadas: as mixagens da cultura internacional do Brasil a canção representativa das utopias sociais e a mistura de insurreições políticas no tropicalismo locomovido pelas esperanças de um mundo mais humano.

Neste momento faz-se necessário apresentar aspectos metodológicos que favorecem à reflexão sobre o tema deste artigo, ou seja, uma leitura cultural que ocorre a nível geográfico acerca da música popular e brasileira durante o período de 1961-1985. Afirmar precisamente em qual referencial teórico na história do pensamento geográfico se enquadra essa discussão é algo complexo e inviável. Contudo, intenciona-se às premissas da dialética: abordar várias facetas da história e da geografia na música brasileira com múltiplas perspectivas. Deste modo, numa escala reduzida e inteligível (mesmo que isso pareça enfadonho) percebe-se que a musicalidade brasileira passa por momentos bem definidos que tangem alguma mudança significativa, coincidentemente ou não, em algumas viradas das décadas do século XX.

Conforme Napolitano (2005) o samba que começa a ser entendido como tal, por exemplo, ganha uma sinuosidade maior no Rio de Janeiro a partir da proclamação da república e do advento de algumas grandes empresas que o subsidiam nos registros rudimentares. Mas a sua síntese como “samba” e seus desdobramentos (chorinho, samba de roda, escola de samba, samba de morro e segmentos da Casa da Tia Ciata e outras tias baiana pós 1888 no Rio de Janeiro), na análise de Tatit (2008) pertencem a uma gama histórica de fusões: das polcas de das modinhas coloniais que se adensam a “umbigada” mais sensual do “semba” que, por meio de anos pretéritos, vira por convenção da língua portuguesa o “samba”.

Se o que nós entendemos como um samba cantado e dançado, que nos traz durante as primeiras décadas do século XX uma curtição social e estratificada no Rio de Janeiro, por que essa mesma idéia pragmática embalou os ritmos da música de protesto nas décadas subseqüentes e perdeu sua voga nos anos 80? Aqui defronta-se ao tema da pesquisa: a música evidencia uma melhoria na satisfação social ou uma incapacidade de manifestar sua geografia pela involução das corporações de consumo musical? O amor eloqüente, por exemplo, que vem a substituir canções mais emancipadas no sentido subversivo é uma mudança natural no gosto pós-moderno do consumo ou existe uma vereda certa na indústria musical que trilha esse caminho conformado? As verdadeiras nuances da Igreja Católica, influenciada pela Santa Sé europeia, no território brasileiro são de fato coligações das santidades sociais ou danças demoníacas que dilaceram os direitos sociais?

RECORTE HISTÓRICO E GEOGRÁFICO: ALGUMAS OBRAS DE 1961 ATÉ 1985, MEMÓRIA DOS ANOS DE CHUMBO DO BRASIL E MÚSICA DE PROTESTO.

A partir daqui, o texto segue um desempenho pragmático: uma explicação histórica e bem datada dos acontecimentos sustentado na obra de Leopoldo Paulino intitulada, *Tempo de resistência*. Em seguida é apresentada uma breve análise geográfica e uma seqüência de músicas, selecionadas a partir da produção do filme-musical, de Ristum (2003) *Tempo de resistência*, também apresentado por Leopoldo Paulino de Ribeirão Preto, que, nesse momento, representa a realidade sócio-política obedecendo à periodicidade da história brasileira.

Essa análise musical pode ser por vezes substituída pela interpretação da música na sua melodia, isto é, ficaria muito óbvio explicar o sentido de “Cale-se”, por exemplo, então preferimos a interpretação pessoal e poética a assumir uma postura fastidiosa em face da criatividade dos músicos e instrumentistas empreendidos nesse momento. “Nós somos o que fazemos e, sobretudo, aquilo que fazemos para mudar o que somos. Nossa identidade reside na ação e na luta” (autor desconhecido conforme RISTUM 2003).

Segundo Silva (1975) no ano de 1961, dia 25 de agosto, o Presidente Jânio Quadros renuncia e seu vice, João Goulart (ou Jango), justamente naquela data numa viagem a China encontra-se numa sina: a opressão militar bloqueando a sua posse por direito e, posteriormente, uma grande mobilização social para exercer o seu cargo legal através da “Campanha da Legalidade” no dia 7 de setembro do mesmo ano.

O movimento popular naquele momento experimenta grande avanço: a União Geral dos Trabalhadores (UGT) se solidifica; são ampliados os sindicatos dos trabalhadores rurais; as ligas camponesas se disseminam; os militares, essencialmente aqueles de baixa patente, se organizam numa entidade de classe; a UNE (União Nacional dos Estudantes) cria o centro popular de cultura que promove por todo o país peças teatrais e shows musicais apresentando a população a realidade social brasileira. (RISTUM, 2003)

A primeira emergência de Jango nos dá a impressão que o país pode caminhar para uma vereda política mais social (nesse caso, mais esquerdista). Alguns avanços consideráveis são notados e Jango traqueja sua política de reformas no Brasil durante quatro anos, até o Golpe Militar que inicia os “anos de chumbo” no território brasileiro, ao passo que algumas regiões representam vozes de protesto histórico e outras, por isolamento geográfico ou desinformação, passam quase 20 anos num sistema pífio sem ter noção de sua existência.

Contudo, mesmo considerando todos os avanços desdobrados do Governo Parlamentarista e uma figura incômoda de um 1º ministro, as Forças Armadas já ensaiavam o poder. A conspiração a Jango cresce. Conforme Silva (1975) no dia 13 de março de 1964, Jango realiza no Rio de Janeiro comício pelas reformas bem assistido, mas – redundante no seu objetivo – o dia 19 de março reservava uma desventura maior: a “Marcha da Família com Deus” que assistiu milhares de pessoas em campanha para derrubar o presidente.

25 de março, a Associação dos Marinheiros realiza assembléia na sede dos Sindicatos dos Metalúrgicos no Rio exigindo a liberdade de alguns companheiros já presos. Esteve presente no ato dos marinheiros o lendário João Cândido: marinheiro líder da Revolta da Chibata em 1910 e que inspirou nossos poetas João Bosco e Aldir Blanc. (RISTUM, 2003)

O mestre-sala dos mares (João Bosco e Aldir Blanc)

*Há muito tempo nas águas da Guanabara o dragão do mar reapareceu
Na figura de um bravo feiticeiro a quem a história não esqueceu
Conhecido como navegante negro tinha dignidade de um mestre sala (...)
Dos santos entre cantos e chibatas inundando o coração do pessoal do porão
E a exemplo do almirante gritava então
Glória aos piratas, às mulatas, às sereias
Glória à farofa, à cachaça, às baleias
Glória a todas as lutas inglórias
Que através da nossa história não esquecemos jamais
Salve o navegante negro
Que tem por monumento*

As pedras pisadas do cais

Inevitavelmente, por intermédio de muitos anos de trâmites e interditos políticos com patrocínio internacional, o dia mais fatídico da história do Brasil chega avassalador: o 1º de abril de 1964. Como uma explosão de injúrias imediatas, logo após o Golpe o país é um triste palco de injustiças sociais a custo de um desenvolvimento alicerçado em dívidas sem precedentes: perseguições, cassações políticas, desmantelamentos de partidos, repressão comunista, censura nos meios de comunicação de massa, invasões a domicílio, torturas e a fuga para o exílio são apenas alguns testemunhos da história triste e recente desse território oprimido e opressor.

Marcha da quarta-feira de cinzas (Carlos Lyra e Vinícius de Moraes)

*Acabou o nosso Carnaval. Ninguém ouve cantar canções
Ninguém passa mais cantando feliz
E nos corações saudades e cinzas foi o que restou
Pelas ruas o que se vê?
É uma gente que nem se vê
E nem sorri, se beija e se abraça e sai caminhando
Dançando e cantando cantigas de amor
E, no entanto é preciso cantar, mais do que nunca é preciso cantar
É preciso cantar e alegrar a cidade
A tristeza que a gente tem qualquer dia vai se acabar
Todos vão sorrir, voltou à esperança (...)*

Mas, a lógica física da “ação e reação” também se aplica no recorte histórico proposto. O povo brasileiro e, fundamentalmente as celebridades subversivas da Música Popular Brasileira - MPB e do Tropicalismo incipiente, não seguiram a inércia da involução. O grande impacto da Ditadura Militar, mais uma taxonomia para governos ditatoriais republicanos pós seu primeiro “Estado Novo”, foi o estopim para muitas expressões culturais que manifestavam a indignação dos últimos segmentos sociais: a resistência é iniciada. Conforme Veloso (1997) um ano após o golpe, artistas como Duvaldo Viana Filho (mais popular como Vianinha), Paulo Autran e Teresa Raquel – sob a direção de Flávio Rangel, outra figura importante nesse contexto - fazem o épico espetáculo “Liberdade, liberdade”. Nessa mesma peça, a participação da carismática Nara Leão também esteve presente que, no mesmo 1965, faz o mais expressivo show poético, teatral e musical do momento: o “Show Opinião”.

Opinião (Zé Kéti)

*Podem me prender, podem me bater
Podem até deixar-me sem comer
Que eu não mudo de opinião
Daqui do morro eu não saio não, daqui do morro eu não saio não
Se não tem água eu furo um poço
Se não tem carne eu compro um osso
Fale de mim quem quiser falar, mas aqui eu não pago aluguel
Se eu morrer amanhã, Santo Antônio, eu estou pertinho do céu (...)*

Mas, afinal, o que é a liberdade? Apesar de tudo que já se disse e tudo que dissemos sobre liberdade ainda há a certeza que existem incrédulos que não crêem na existência da liberdade, de que é uma figura abstrata criada pela pura imaginação do homem. Mas nós garantimos, a liberdade existe! Não só existe como é feita de concreto e cobre e tem 100 metros de altura: a liberdade foi doada aos Americanos pelos franceses em 1866, porque naquela época os franceses estavam cheios de liberdade e os americanos não tinham nenhuma. Ao recebem a estátua dos franceses os americanos a colocaram na ilha defronte o porto de Nova-Iorque. Esta é a verdade discutível: até agora a liberdade não adentrou no território americano. (RISTUM, 2003)

Pensando nos meados do século XX, a discussão que repercute o acesso a liberdade e os seus beneméritos pós II Guerra Mundial é muito mais viva do que no século XIX. A emancipação de várias nações rumo ao próprio desenvolvimento no período de um mundo bipolar faz menção a capacidade de cada território sustentar seu próprio custo e ensaiar políticas que favoreça seu avanço. Nesse sentido, a cultura de algumas nações – lembrando

que cultura é a intermediação entre o homem e a natureza – se evidencia em formas geométricas certas que são suficientes para ostentar a existência de um povo livre ou uma sociedade que se vê livre frente um governo hegemônico. Assim temos, por exemplo, a “Estátua da Liberdade”.

A confecção da monumental efígie custou aos franceses 300 mil dólares, quando a estátua chegou ao território americano foi lhe feita um pedestal e sendo americano custo muito mais do que o principal: 400 mil dólares. Por isso, a liberdade põe em xeque o que velhos amigos nossos dizem de boca cheia e frase importada: “o preço da liberdade é eterna vigilância”. Não é! O preço da liberdade é de 750 mil dólares e isso a mais de um século atrás porque, atualmente, o FMI calcula o preço da nossa liberdade em três portos e dezessete jazidas de minérios estratégicos. (RISTUM, 2003)

Ainda sobre os Estados Unidos da América e o advento da liberdade neoliberal, já identificados como inimigos das nações desse terceiro mundo iniciam e desenvolvem a perversa Guerra do Vietnã – como todas as guerras possíveis ao desenvolvimento em qualquer território – cujo povo enfrenta milhares de militares Norte-Americanos e presta um grande exemplo de resistência.

Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones
(M. Luzinie e F. Migliacci)

*Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones
Girava o mundo sempre a cantar as coisas lindas da América
Não era belo mais mesmo assim havia mil garotas afim
Cantava “Help!” and “Ticket do Ride”, “Lady Jane” e “Yesterday”
Cantava viva à liberdade, mas uma carta sem espera
Da sua guitarra o separou fora chamado na América
Stop com Rolling Stones, Stop com Beatles songs
Mandado foi ao Vietnã lutar com Vietkongs (...)*

*Girava o mundo mas acabou fazendo a Guerra do Vietnã
Cabelos longos não usa mais, não toca sua guitarra e sim um instrumento que sempre dá a mesma nota:
ratatata!*

*Não tem amigos, nem mais garotas, só gente morta caindo ao chão
Ao seu país não voltará, pois está morto no Vietnã (...)
No peito um coração não há, mas duas medalhas sim*

Poucos anos vão se passando em função de muitas tragédias políticas que ocorrem em crimes escandalosos. No ano de 1967 o símbolo da insurreição política latina e mundial é assassinado por militares bolivianos e norte-americanos, o mundo se despede de Che-Guevara. Nesse sentido, Che passa a ser a maior identidade de “guerrilheiro herói” e exemplo de resistência liberalista, enquanto Cuba – e assim faz acontecer muitas políticas até hoje, na pós-modernidade – já se sobressaía e enfrentava um modo de produção gigante para tentar produzir outro, quicá, um pouco mais solidário.

No ano de 1968, o ano que simboliza mudança e transformação em todo o mundo é o ponto alto das reações contra a Ditadura Militar no Brasil. Enquanto teatros eram invadidos e depredados, atores humilhados por militares e grupos de extrema direita, as manifestações culturais protestavam contra a censura clamando por liberdade. (RISTUM, 2003)

Alegria, Alegria (Caetano Veloso)

*Caminhando contra o vento sem lenço e sem documento num sol de quase dezembro, eu vou!
O sol se reparte em crimes, espaçonaves, guerrilhas.
Em cardinales bonitas, eu vou!
Em caras de presidentes, em grandes beijos de amor
Bomba e brigitte bardot
O sol nas bancas de revista me enche de alegria e preguiça
Quem lê tanta no notícia, eu vou!
Por entre fotos e nomes os olhos cheios de cores
O peito cheio de amores vãos (...)
Por entre fotos e nome sem livros e sem fuzil
Sem fome sem telefone no coração do Brasil*

O movimento estudantil, célebre por excelência Marxista e subversivo, não agüenta mais as pressões e opressões fundamentalista do Governo Militar e começa a organizar seus próprios protestos populares que, a partir daqui com mais ênfase, recebe também o apoio da sociedade civil. Segundo Paulino (2005) em março de 1968, a Polícia Militar invade um restaurante e assassina a tiros o Estudante Edson Luís Solto, que tinha penas 18 anos, sob o comando de sabe Deus quem. No outro dia, 60 mil pessoas carregam o corpo de Edson Luís ao sepulcro. Quatro meses após o acontecimento que abalou a orientação social das metrópoles, a cidade maravilhosa assiste a passeata dos 100 mil, proclamando a volta dos direitos políticos e sociais expropriadas pelas novas diretrizes conservadoras e oligárquicas do país.

Pra não dizer que não falei das flores (Geraldo Vandré)

*Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Nas escolas nas ruas, campos e construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Vem vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora não espera acontecer
Pelos campos há fome em grandes plantações
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E que acreditam nas flores vencendo o canhão (...)*

Antes mesmo da virada da década de 1970, que na verdade seria palco de uma cena cultural inédita no mundo inteiro, mais um ano vem acometer a sanidade social e parece ser o mais severo que a Ditadura pôde empreender: 1968. De acordo com Rezende (2001) foi em 13 de dezembro de 1968 decretado o Ato Institucional número 5 - AI - 5, de modo que o poder executivo passou a ter poderes para realizar intervenções em todos os âmbitos sociais, expressando o ápice da repressão, em especial, contra os movimentos grevistas e estudantis, taxados como ilegais. Agora, repressão e tortura eram comuns e o AI - 5, justificado pelos militares para solidificar a “democracia”, todavia, o que se buscava, inclusive através da educação e do discurso altamente ideológico era a difusão da consciência favorável a ditadura. Assim, afirmando com veemência, o ano de 1968 nunca teve fim na memória de quem teve a desventura de viver aquele momento: o período mais sombrio da ditadura militar.

Apesar de Você (Chico Buarque)

*Amanhã vai ser outro dia... Amanhã vai ser outro dia...
Hoje você é quem manda, falou tá falado não tem discussão, não
A minha gente hoje anda falando de lado e olhando pro chão
Você que inventou esse Estado, inventou de inventar toda a escuridão
Você que inventou o pecado esqueceu-se de inventar o perdão
Apesar de você amanhã há de ser outro dia
Eu pergunto a você aonde vai se esconder da enorme euforia?
Como vai proibir quando o galo insistir em cantar?
Água nova brotando e agente se amando sem parar
Quando chegar o momento esse meu sofrimento eu vou cobrar com Juro
Todo esse amor reprimido, esse grito contido e esse samba no escuro
Você que inventou a tristeza, agora tenha a firmeza de “desinventar”
Você vai pagar e é dobrado cada lágrima rolada nesse meu penar (...)*

“Os revolucionários agora são clandestinos e as organizações armadas têm dificuldades em manter a militância. As listas de assassinatos e desaparecidos aumentam, as cadeias lotam-se de presos políticos” (RISTUM, 2003). Nesse quadro crítico de mal estar social e político, no clímax do Governo Médici, ensaia uma saída que parece conformista, mas a única plausível para quem ainda valorizava a vida. O Brasil começa a contar com alguns exilados forçosamente (Caetano Veloso, Gilberto Gil) e outros que optam pelo mesmo na vontade de ver outra realidade (Geraldo Vandré e Chico Buarque, por exemplo).

Samba de Orly (Vinícius de Moraes, Chico Buarque e Toquinho)

*Vai, meu irmão. Pega esse avião
Você tem razão de correr assim
Desse frio, mas veja o meu Rio de Janeiro*

*Antes que um aventureiro lance mão
Pede perdão pela duração dessa temporada
Mas não diga nada que me viu chorando
E pros da pesada diz que vou levando
Vê como é que anda aquela vida à toa
E se puder me manda uma notícia boa*

Aquele Abraço (Gilberto Gil)

*Esse samba eu dedico à Dorival Caymme, João Gilberto e Caetano Veloso
O Rio de Janeiro continua lindo (...)
Alô, alô realengo: aquele abraço!
Alô torcida do Flamengo: aquele abraço! (...)
Alô moça da favela: aquele abraço!
Todo mundo da portela: aquele abraço!
Todo mês de fevereiro: aquela passo!
Alô banda de Ipanema: aquele abraço!
Meu caminho pelo mundo eu mesmo traço
A Bahia já me deu régua e compasso
Quem sabe de mim sou eu: aquele abraço!
Prá você que me esqueceu: aquele abraço! (...)*

De acordo com Couto (1999) a partir de 1974 o Governo Ditatorial chefiado agora pelo General Ernesto Geisel começa a encontrar dificuldades financeiras para governar o país. Geisel é responsável por diversos assassinatos políticos, mas a partir de 1977, apesar das fortes repressões policiais, as manifestações estudantis voltam às ruas.

Nos anos de 1978/1979, segundo Couto (1999) a luta pela anistia amplia-se sob o gosto de uma maioria esmagadora de civis brasileiros e finalmente, no dia 28 de agosto de 1979 sob o comando do General Figueiredo que a Ditadura Militar cede e é aprovada a Lei da Anistia. O povo brasileiro, a partir daí, começa a ampliar o horizonte das melhoras sociais e a volta dos direitos políticos usurpados nos últimos anos de repressão.

O Bêbado e a Equilibrista (João Bosco e Aldir Blanc)

*Caía a tarde feito um viaduto e um bêbado trajando luto
Me lembrou Carlitos... A lua tal qual a dona do bordel
Pedia a cada estrela fria um brilho de aluguel
E nuvens! Lá no mata-borrão do céu
Chupavam manchas torturadas. Que sufoco! Louco!
O bêbado com chapéu-coco fazia irreverências mil
Pra noite do Brasil. Meu Brasil!...
Que sonha com a volta do irmão do Henfil.
Com tanta gente que partiu num rabo de foguete
Choram a nossa Pátria Mãe gentil! Choram Marias e Clarisses
No solo do Brasil... Mas sei, que uma dor assim pungente
Não há de ser inutilmente
Há esperança... Dança na corda bamba de sombrinha e em cada passo dessa linha
Pode se machucar... Azar! A esperança equilibrista sabe que o show de todo artista
Tem que continuar...*

Inenarrável a satisfação dos protestantes cientes das pachorras políticas que iam se esfacelando aos olhos de uma sociedade que tinha ânsia por justiça, os movimentos populares, estudantis e sindicais têm grande ascensão e a partir daí nascem novos partidos políticos. A relação simbiótica de todos esses fatores desemboca na épica campanha pelas eleições diretas do novo presidente da união, as “Diretas Já!”.

Segundo Couto (1999) o escolhido para presidir o país foi Tancredo Neves – é importante citar que não foi dessa vez que o povo brasileiro pôde escolher diretamente seu representante máximo –, político moderado, mas contrário à Ditadura. Em 14 de março de 1985, Tancredo é acometido por uma grave enfermidade que o consome em poucas semanas não podendo assim assumir a presidência. Paradoxalmente, assume em seu lugar o político José Sarney, vice-presidente, que também já assumira no passado a presidência da Arena, isto é, o partido da Ditadura.

Vai passar (Chico Buarque e Francis Hime)

*Vai passar nessa avenida um samba popular
Cada paralelepípedo da velha cidade
Essa noite vai se arrepiar ao lembrar que aqui passaram sambas imortais
Que aqui sangraram pelos nossos pés
Que aqui sambaram nossos ancestrais
Num tempo página infeliz da nossa história(...)
Dormia a nossa pátria mãe tão distraída
Sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações
Seus filhos erravam cegos pelo continente
Levavam pedras feito penitentes erguendo estranhas catedrais (...)*

Em função de todas as obras musicais expostas nesse trecho do artigo, faz-se interessante o ato de refletir sobre a criatividade de um corpo de artistas que, mesmo reprimidos pelo fisco da censura, ainda conseguiram assegurar a música como veículo nato das vontades e utopias sociais. Afirmar que o território brasileiro é um palco polissêmico e miscigenado de culturas diferentes é algo extremamente positivo nas veredas culturais. Desmistificar as idéias de preconceito e arraigar nossa condição brasileira a um povo híbrido por excelência faz menção também ao fato que justifica as possibilidades de mascarar significados políticos dentro da música. Se fora possível argumentar contra uma política de injúrias em um momento crítico da história também é possível argumentar a favor do traquejo cultural e político do brasileiro, a repressão pífia de quase 20 anos favorecida pelas premissas da eugenia fora menos eficaz do que a expressão musical de um povo carente de direitos políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, esse trabalho trilhou um panorama diferenciado para compreender as relações culturais de um país inserido em um momento muito crítico da história (as políticas públicas a partir da década de 1930 e o golpe militar de 1964). A proposta desta periodicidade – ou objeto de estudo – consistiu em abarcar dois temas polares: a catalisação do Golpe por intermédio de instituições sociais e o protesto da própria sociedade insatisfeita nos seus direitos civis.

Pode-se considerar a Geografia, de forma lúdica, uma ciência testemunha da própria história. Quer dizer, todas as objetivações que ocorrem em função das sociedades modernas são fenômenos participantes, sem exceções, de contextos pretéritos. Dessa forma, a afirmação que as políticas públicas do Brasil na sua taxonomia burguesa e a perversa crível corrupção são projeções das décadas antecedentes.

A partir daí, somos levados a acreditar que os interditos sociais – nesse sentido faz-se necessário fazer menção aos desdobramentos políticos da igreja – emancipam-se com muita eficácia em expressões de cunho cultural. Como afirma Paul Claval na sua obra “Geografia Cultural”, nas sociedades modernas há uma pluralidade de culturas que se afirmam, contudo existe sempre um modelo complexo de valores que é aceito pela maioria de uma população e, sazonalmente, é contrabalançado pelas outras culturas nos momentos de revolta e subversão social. É imprescindível que todos se concientizem que justamente os ocorridos no território brasileiro pertencem a essa lógica cultural.

Com esse arsenal de informações acerca o advento da Igreja Católica premeditada nas normas da Santa Sé, cabe a seguinte pergunta: hoje, com todas as facilidades de comunicação e troca de idéias, a Igreja ainda possui o mesmo manejo social antiquado do “Ultramontanismo”? Em poucas palavras, em função de uma equalização de idéias sem precedente do século XXI, provavelmente não. A questão fundamental a ser repensada não dialoga com a postura atual da Igreja, pelo menos no Brasil, e sim quais foram as consequências sociais que se projetaram no território a partir dessa catálise que culminou veroz nos “anos de chumbo”. Nesse artigo, buscou-se uma ferramenta de emancipação cultural que possuísse identificações suficientes para expressar, amargurada e restrita pela censura, a opinião política de uma sociedade reprimida. Dado o exposto, a música no Brasil, o cancionário brasileiro em todos os seus desdobramentos, apresenta um dos palcos mais polissêmicos do mundo – e isso dialoga com veredas positivas.

Nossa cultura das miscigenações nos renderam uma pluralidade musical que é subsequente aos registros fonográficos e uma arma muito expressiva de cunho social.

Assim, mesmo que isso exija mais do que partes da melodia escrita – e essa parte nós não podemos nos encarregar em um texto – as músicas apresentadas simultaneamente aos seus contextos históricos têm a intenção de revelar as dualidades e contradições do Brasil num viés muito tênue. As qualidades da música a partir da equalização das culturas de massa no século XX multiplicadas e as expressões extravasam apenas o canto. Percebemos que a síntese de uma música “canção” (melodia e harmonia registradas), ganharam uma amplitude diferenciada em relação às músicas regionais, e essa preferência musical no decorrer das décadas de 1950 até 1970 são responsáveis pela existência de um protesto maquiado, porém contundente.

Usando de fatos geográficos, se pensarmos acerca das décadas que decorrem após a II GM, percebemos um escandalizar social sem precedentes. As idéias de políticas que se inclinam à esquerda dialogam com possibilidades de uma sociedade onde a renda *per capita* média atenda as necessidades de qualquer cidadão, e, como nos traz Luiz Carlos Taoni Neto, “se existir em um território um milionário que não exista na outra ponta um faminto”. Tudo nos leva a crer que as políticas de colonização na escala latina, exceto colonização mais recente (Argentina e Uruguai), não evoluem diferente das colônias Asiáticas e Africanas. Portanto, os *déficits* sociais calham como protestos ímpares durante a II GM, o governo de Vargas é posto em xeque após quinze anos e a sociedade brasileira é acometida por novas utopias. Logo, veículo dessas utopias, a música entra em palco.

Por fim concluí-se que a Geografia de todas essas nuances consiste mais do que outras coisas em visualizar as relações emancipadas entre a sociedade das décadas de 1960 e 1970 e a natureza pré-determinada nas transformações do “Milagre Econômico” e, como de preferência geográfica, pensar sobre as organizações sociais do espaço nessa periodicidade que reflete consequências prévias: corrupção, lavagem de dinheiro, políticas públicas complexas e insatisfatórias, desinteresse político, internacionalização da economia, custeamentos exorbitantes, nepotismo nos órgãos públicos e, sobretudo, carência de investimentos sociais em função das diretrizes Estaduais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Márcio Moreira. A Igreja e a Política no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979 p. 113. *Apud* AMORIM, Carlos. **A Igreja do Diabo**. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2004.
- AMORIM, Carlos. **A Igreja do Diabo**. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2004.
- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CASTRO, Ruy. **Chega de saudade: a história e as histórias da bossa nova**. São Paulo: Cia. das letras, 1997.
- CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural**. 3ª Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- COELHO, Marcos de Amorim. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1996.
- CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 5ª Ed. São Paulo: Ática, 1995.
- COSTA, Wanderley Messias. **O Estado e as políticas territoriais do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ENGELS, F. Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, K.; ENGELS, F. Textos. São Paulo: Edições Sociais, 1977. *Apud* AMORIM, Carlos. **A Igreja do Diabo**. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2004.
- FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. *In: TENDLER, Sílvio. Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá*. [filme-documentário 89 min.] Brasil: 2007.
- FAUSTO, Boris. **História da Brasil** - 12ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

- GASPARI, Hélio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- GUIMARÃES, César. A dualidade brasileira de Ignácio Rangel. p. 39-55. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Márcio (orgs.). **O pensamento de Ignácio de Rangel**. São Paulo: editora 34, 1998.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOLANDA, Sérgio B. de. **História geral da civilização brasileira**: a época colonial – do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.
- LANZA, Fábio. **Igreja católica e ditadura militar (1964-1985) no Brasil**: a memória dos bispos paulistanos sobre o golpe militar. [online] Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/resumos-anais/FabioLanza.pdf>>. Acessado em: 29/12/2010.
- MELLO, J. B. F. . **No Pulsar da Cidade Maravilhosa de São Sebastião do Rio de Janeiro**. In: IX SOLAR - Sociedad Latinoamericana de Estudios sobre America Latina y El Caribe, 2004, Rio De Janeiro. Fragmentação e Integração no Espaço Urbano, 2004.
- MORIN, Edgard. **Cultura de massa no século XX**: o espírito do tempo. Tradução de Agenor Soares Santos. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2003.
- NAPOLITANO, Marcos. **História & música**: história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PAULINO, Leopoldo. **Tempo de Resistência**. 5ª Ed. Ribeirão Preto: Editora COC Empreendimento Culturais Ltda, 2005
- REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade 1964 – 1984. Londrina: editora da UEL, 2001.
- RISTUM, André. **Tempo de resistência**. [DVD – documentário - 115 min.]. Brasil: Versátil, 2003.
- SANTOS, M, **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SILVA, Hélio. **1964**: golpe ou contragolpe? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.
- SILVA, Hélio. A renúncia. São Paulo: Editora Três, 1975. *Apud.* AMORIM, Carlos. **A Igreja do Diabo**. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2004
- TAONI NETO, Luiz Carlos. **Meio Econômico**: introdução a economia. São Paulo: Astúrias Editora e Gráfica Ltda: 1992
- TATIT, Luís. **O século da canção**. Cotia: Ateliê editorial. 2008.
- TENDLER, Sílvio. **Encontro com Milton Santos**: o mundo global visto do lado de cá. [filme-documentário 89 min.] Brasil: 2007.
- TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. Rio de Janeiro, JCM, [197?].
- VELOSO, Caetano. **Verdade tropical**. São Paulo: Cia. das letras, 1997.